

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (FABX).



JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Somente o resultado *Economia - Brasil* poderá redimir o governo

Há dois ou três pacotes atrás, ao comentar o daquele dia, dizia o presidente da Fiesp, Luís Eulálio Vidigal, que esperava que fosse o último. Suas esperanças foram fraudadas, como fatalmente tinham de ser. Só o pacote da semana passada amarrrou, como se costuma dizer, os pacotes que atingiram, de forma tão dolorosa, todos os setores da Sociedade Civil. Mas ainda não será o último, pelo menos se o governo tiver consciência — como esperamos que tenha, para o seu próprio benefício e até sua própria salvação — de que somente o resultado, palpável, concreto e o mais rápido possível deste pacote, poderá realmente salvá-lo, dada a catastrófica inabilidade política com que chegou até ele. E esse resultado — a queda imediata, visível e sensível do ritmo da inflação — só poderá ser obtido se o conjunto de pacotes, que até aqui só atingiram os setores privados da economia nacional, for completado por outros, que atinjam, com a mesma inclemência, os setores públicos da economia: o financeiro e o empresarial.

No setor financeiro, imediatamente, para que o tabelamento dos juros não comprove aquilo que se suspeita que é — mero expediente demagógico para adoçar a amarga pílu-la do arrocho salarial —, é preciso que o governo reduza as taxas dos seus títulos ao nível necessário para que os bancos particulares não passem a desviar seus recursos, do crédito para a especulação pura e simples. No mesmo setor, a mais longo prazo, é indispensável atacar a desordem orçamentária para que se chegue o mais rapidamente possível ao orçamento único, submetido ao Congresso.

No setor empresarial do Estado, continuamos aguardando medidas que reduzam de forma ponderável a sua enorme contribuição para a formação do déficit público que está na raiz da inflação.

Não se embale o governo com as reações favoráveis ao pacote da semana passada da parte daqueles que com ele (pacote) visava a tranquilizar: o FMI, o sr. Volcker e até a sra. Thatcher. Todos esses personagens, ao manifestarem seu alívio com o fim da renitência do governo brasileiro em atender suas exigências a respeito do problema salarial, tinham plena consciência dos riscos políticos que nosso governo assumia no momento em que cedeu. E o mínimo que se pode esperar é que a consciência desses riscos seja tão aguda por parte do governo brasileiro que ele se disponha a submeter-se a tantos sacrifícios quantos foi obrigado a impor, para que resultados concretos venham em seu socorro, e o redimam perante uma população que está amplamente condicionada para sucumbir à cantilena às vezes puramente demagógica — com precisos objetivos político-ideológicos —, às vezes simplesmente imbecil, dos que insistem em exigir a mudança do modelo econômico, o rompimento com o FMI e a consequente moratória, unilateral e retaliatória. O homem comum das nossas ruas, que sofre cotidianamente as consequências dramáticas de uma crise que já poderia estar perdendo intensidade se o governo tivesse adotado os inevitáveis pacotes, que vem adotando, com tanta hesitação e tão desastrosa lentidão, de uma vez só, logo depois que o mundo financeiro internacional fechou suas antes generosas torneiras, em setembro do ano passado, não tem conhecimento dos motivos que o levaram, finalmente, a fazer na semana que passou o que devia ter feito desde aquela época. Não sabe o que o ministro Delfim Neto verificou lá fora, na sua última viagem, de tão ameaçador para nós brasileiros que lhe deu a força que até então nunca tivera para convencer o presidente Figueiredo a, invocando solenemente a própria segurança nacional, fazer o que sempre se recusara a fazer.

O homem comum das nossas ruas, que amarga as consequências da crise, não sabe quais seriam as consequências imediatas da moratória de que tantos falam — o racionamento de combustível, o congelamento dos nossos bens no Exterior, a paralisação do País, enfim —, uns porque também não sabem do que estão falando, outros porque sabem muito bem, tão bem que não têm dúvidas de que ela seria o caminho mais curto para atingirem o seu objetivo político-ideológico de truncar o processo de redemocratização e integrar o Brasil na família mansa e feliz das democracias populares.

Por isso é tão grande o risco assumido pelo governo na semana passada e tão enorme a sua responsabilidade de criar as condições que ainda faltam para que os resultados do último pacote cheguem a tempo de redimi-lo perante a população sofredora e à disposição da demagogia e de salvar o processo de redemocratização do País.

A primeira consequência do último pacote foi a legitimização de uma greve que, não fosse ele, seria ilegal e, muito provavelmente, não teria as proporções que, agora, é muito provável que tenha.

Sim, porque se pode considerar a greve que se articula para o próximo dia 21 inoportuna, pois parar o País neste momento é, no mínimo, pleonástico, uma vez que ele já está parado, se é que não está andando para trás. Mas não há dúvida de que ela será legítima, porque será um protesto contra a redução de níveis salariais.

E se for pacífica como se espera que seja, se não for desvirtuada pelos agitadores de plantão, se não degenerar em violências inaceitáveis, ao governo não restará alternativa senão aceitar-lhe, com humildade, como uma punição pelos seus erros, suas omissões, suas hesitações e suas incapacidades.

E, principalmente, como uma seriíssima advertência sobre os perigos, daqui para a frente, da repetição dos erros, omissões, hesitações e incapacidades.

Além da disposição de adotar urgentemente as medidas que faltam para completar os pacotes que só atingiram, até agora, o setor privado da nossa economia, submetendo o setor público aos mesmos sacrifícios impostos ao setor privado, é indispensável que o governo se compenetre, de uma vez por todas, de que a solução de nossos atuais problemas com o FMI e a solução, que certamente virá depois, do problema de novos jumbos a serem concedidos por nossos credores privados para que possamos fechar o balanço de pagamentos este ano, tudo isso não adiantará absolutamente nada se não atacarmos imediatamente o problema realmente essencial da rápida reativação da nossa economia, que só poderá ocorrer a partir, não da moratória de que falam os ignorantes e os mal-intencionados, mas sim de um reescalonamento da dívida brasileira, para que ela se dilua no tempo e assuma um perfil compatível com as nossas possibilidades reais, de país que não tem condições políticas e sociais para suportar uma recessão por tempo prolongado. E a negociação desse reescalonamento,

que nossos credores estão dispostos a fazer e até desejam ardentemente fazer, para removerem o risco real de falir junto conosco, não pode ser tarefa de ministros que esgotam seu tempo no atendimento dos macetes diários para suprir necessidades de caixa.

Deverá ser tarefa de um Ministro Plenipotenciário ou de um Comitê Plenipotenciário, de alto nível, que inspire, aqui e lá fora, a confiança que os atuais administradores da nossa política econômica já não têm a menor condição de inspirar.

Se isso não for feito, já e agora, estaremos condenados a sofrer daqui a alguns meses os mesmos traumas que estamos sofrendo neste momento. Sem qualquer condição política para tanto.